

ENSINO DE GRAMÁTICA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA

Deise Caroline dos Santos Nascimento

Lays Moura Nunes

Carlos Alberto dos Santos Azevedo

Prof. Msc. Maria Amália Façanha Berger

RESUMO

O presente estudo é fruto de pesquisa bibliográfica sobre o uso da gramática em sala de aula. Trata-se de um estudo dedicado a compreender o processo de ensino – aprendizagem de língua portuguesa, que devido a uma prática docente baseada em metodologia tradicional, ainda prioriza o ensino da gramática normativa adotada por muitos professores e professoras, o que ajuda a criar uma situação de rejeição dos alunos pela disciplina. A pesquisa teve por finalidade abordar uma perspectiva de um ensino de língua portuguesa, a qual propõe um ensino de gramática contextualizado que leve o aluno a participar da construção de conceitos, saindo da posição de aluno passivo para um aluno plenamente participativo, levando, com isso, ao desenvolvimento do senso crítico.

PALAVRAS-CHAVE

Língua Portuguesa, gramática, ensino contextualizado.

ABSTRACT

This study is the result of a survey about the use of grammar in the classroom. This is a study devoted to understanding the process of teaching - learning English, but he had a teaching practice based on traditional methods, yet

emphasizes the teaching of prescriptive grammar adopted by many teachers and professors, which helps to create rejection students for this course. The research aimed to address the prospect of a Portuguese language teaching, which proposes a contextualized teaching of grammar that takes the student to participate in the construction of concepts, leaving the position of passive student to a student fully participatory, taking with it development of sense - critical.

KEYWORDS

Portuguese Language, grammar, contextualized teaching.

1 INTRODUÇÃO

Se não mantivermos nossos olhos alertados para o que é novo e diferente, todos perderemos, com a maior facilidade, o que é essencial, a saber, o sentimento de viver em um novo período (IANNI, 2001, p.11).

Os recentes acontecimentos Mundiais marcam, a cada dia, folhas da história de uma nação, que está em contínuo desenvolvimento, vivendo o período das inovações. É em relação a isso que os interessados pelo novo devem estar preocupados, interagindo com o meio, com o progresso. E quando pensamos em progresso, vem a nossa mente a Globalização, a busca constante por tudo que é inovador e diferente.

Sabemos que a cada instante o mundo se modifica, as máquinas são aperfeiçoadas, há sempre uma nova descoberta, limites são superados e o homem é o centro de todo esse desenvolvimento. Os avanços na comunicação ampliam horizontes, tornando-se cada vez mais atraente aos olhos daqueles que experimentam esse novo período, que a cada amanhecer torna-se passado, e isso vem ocorrendo com rapidez cada vez mais espantosa, o que deve nos levar à reflexão sobre o modo como nossa sociedade globalizada se organiza.

A globalização se intensifica com a Evolução Tecnológica, que carrega consigo a luta pela Democracia. No século passado, o intercâmbio econômico,

político e cultural entre países acelerou o processo de globalidade e “A Globalização nada mais é do que uma nova máscara do capitalismo, inventado pelo centro para dominar a periferia do mundo” (LIMA, 2008, p.14).

Com base nessa citação, conceituamos globalização como um fenômeno capitalista, iniciado com a Segunda Guerra Mundial, resultado da Revolução Tecnológica, dominando o campo econômico, cultural, tecnológico, científico e mediático. Com a globalização surgem as disputas pela hegemonia mundial com fins ideológicos.

Na atualidade, essa luta está relacionada a fins lucrativos, econômicos, o que fundamenta a afirmação acima. Partindo desse princípio, temos a expansão do Mercado de Exportações, veículo utilizado por países em crescimento que procuram fazer parte do Primeiro Mundo. Marcas mundialmente conhecidas como a Coca-cola, o Mc Donald's etc. caracterizam esse período, acompanhadas da Internet, considerada uma das mais importantes vertentes da globalização, uma vez que funciona como poderosa ferramenta de comunicação, e que tem o suporte de acordos e protocolos entre diferentes entidades privadas e governamentais mundiais.

A Internet marca a Era tecnológica, já que é uma ferramenta que proporciona a troca instantânea de informações e a divulgação de ideias, viabilizando o acesso a vários tipos de informação e ao conhecimento. Também os celulares, a TV por assinatura via satélite etc. favorecem o homem, mas incomodam alguns governantes e entidades que encaram a liberdade de comunicação como uma ameaça.

Em relação ao Brasil, nosso país está envolvido na ‘embriagues’ de desenvolvimento, buscando adaptar-se às regras dessa sociedade capitalista globalizada, ampliando seu comércio, expandindo seus investimentos, privatizando empresas e inovando. O país tem se destacado nas seguintes áreas: Exportação, Petróleo, Agropecuária, Economia e Telecomunicações. Ainda assim, é um país caracterizado por diversos problemas sociais, econômicos, com problemáticos sistemas de saúde e de educação.

Centralizando agora o foco deste estudo na educação, entendemos que a escola tem uma missão muito importante a cumprir, mas que esbarra com problemas enfrentados por um país que tem atualmente uma população de mais de 180 milhões de habitantes, de acordo com o IBGEⁱ. É uma nação que a cada dia trava batalhas contra preconceitos, desigualdade, competitividade e as exigências do mundo atual, exigente e impiedoso, e que luta para criar uma cultura pautada no desenvolvimento do perfil de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos. Pelo menos é isso que precisa acontecer e o papel da escola é crucial.

Cumprir com esse papel implica vários fatores ligados também a questões não só sociais, mas culturais. Sobre isso, o momento em que vivemos carrega uma pluralidade de ideias que assume a mesma velocidade de troca e mudanças das Tecnologias (Wurman, 1989), o que é um grande desafio. Entendemos que a troca de conhecimento e informação é fundamental para o ser.

O Brasil acompanhou todo o trajeto da Globalização, mas enfrenta problemas que nos classificam como Terceiro Mundo, subdesenvolvidos, como: analfabetismo, reprovação, INEB abaixo da meta. Quanto à Educação, o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica tem dados muito baixos - os Municipais com 3,8%, os Federais 6,4% e os Particulares 6,0%, com destaque para o Ensino Médio que obtém um alto índice de reprovação. Para Moacir Gadotti (2008, p. 8):

O Sistema de ensino brasileiro tem três grandes desafios: eliminar o analfabetismo. O segundo é colocar gente na universidade, pois o acesso é precário. E o terceiro é o Ensino Médio, que sempre foi o primo pobre, encostado ao Superior e no Fundamental. Então faz sentido pensar que o Ensino Médio é um enigma que dificulta a desenvolvimento, pois é a base para o Ensino Superior, necessitando de soluções rápidas e eficazes.

O que fazer, então, com alunos marginalizados por uma sociedade crítica, vítimas do acaso, estudantes de escolas públicas e concorrentes de alunos de escolas particulares, que mais preparados ocupam as Universidades Federais, enquanto os jovens das classes desfavorecidas,

objetivando preencher as exigências do Mercado de Trabalho ingressam em Universidades Particulares, pagando mensalidade absurdas e desproporcionais ou ficando fora delas.

Há iniciativas dos governos para tentar solucionar esse problema, através da construção de pólos de Escolas Federais com cursos Técnicos e Profissionalizantes, visando ampliar os horizontes de milhões de jovens que sonham em construir uma carreira, ocupar um lugar ao sol, mas ainda são tentativas muito tímidas, que precisam ser fortalecidas. Diante desse quadro, cabe aqui refletirmos sobre quem são os agentes envolvidos na educação, qual o papel que cada um deve desempenhar e o que significa ser Educador, aquele capaz de criar e levar a criar para modificar essa realidade.

Na atualidade, o conceito de ser educador, que parece diferir de concepção para concepção, é um desafio aceito por aqueles que realmente têm um conceito formado sobre o que é ensinar. Tomando os ensinamentos do nosso maior Educador, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção” (FREIRE, 2004, p. 23). Conclui-se, então, que educar é a arte de construir, criar, despertar no educando os sentidos, concepções, ideias, conceitos, etc.

Ainda buscando inspiração em Paulo Freire (2004, p. 23): “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Paulo Freire). Então, a arte de ensinar é um processo mútuo, em que formador e formando, estão em constante troca. Nós, à medida que aprendemos, fazemos aprender e precisamos ajudar o aprendiz a desenvolver ou a ampliar a criticidade, elemento tão necessário na atualidade.

Vinculado a essa ideia do que deve ser um projeto educacional está algo de suma importância para se alcançar o objetivo proposto: a comunicação. Essa, através da linguagem, exerce um papel fundamental na construção do ser pensante e do ser falante. Sendo assim, o ensino de língua portuguesa precisa estar em sintonia com um ensino em que os conteúdos estejam contextualizados; aí incluída a gramática, nosso objeto de estudo.

Estando o educador consciente de seu papel e das implicações advindas do momento atual, que tem o foco na comunicação, espera-se desse profissional que ele seja um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, que ele saiba ajudar seus alunos e alunas a interagir com as informações que circulam a todo instante pela sociedade, e que eles se desenvolvam criando e adaptando-se às mudanças trazidas pelas tecnologias da informação e da comunicação. Espera-se que o professor de Língua Portuguesa, nesse contexto, interaja unindo-se às inovações para atrair o aluno e o próprio formador a descobrir como ensinar Gramática de forma consciente e social.

2 O USO DA GRAMÁTICA EM SALA DE AULA

O ensino tradicional da gramática perdura há 2.300 anos e ainda é praticado nas escolas como se não houvesse tido nenhuma evolução na língua. São dois séculos estudando um idioma que para os gramáticos não mudou, que parou no tempo, no mesmo período em que, sem nenhum embasamento científico, decidiram o que seria “certo” e “errado”, em relação a falar e escrever bem. Entendeu-se que para que isso acontecesse, o correto seria escrever seguindo os grandes escritos do passado, considerados “os clássicos da língua”.

A problemática está no fato desse ensino continuar sendo transmitido por professores de geração em geração, com a finalidade de levar, para os alunos, um conteúdo pronto, ignorando a diversidade da linguagem, mostrando a eles que a única forma certa de falar está baseada na gramática normativa, esquecendo que poucos têm acesso a ela. Para Marcos Bagno (2005), o principal problema do uso da gramática tradicional está na maneira como ela é usada, para medir e regular / regrar todo qualquer uso linguístico.

Ao trazer para a sala de aula um assunto pronto e acabado, com exercícios mecanizados, exemplos baseados em literatura clássica, e afirmando que a gramática é essencial para ler e escrever bem, o professor, sem saber, acaba despertando ou até mesmo aumentando o descrédito do aluno pela matéria,

contribuindo para que ele se torne mais um dos que acreditam no mito de que é preciso saber gramática para falar e escrever corretamente.

Entendemos que a gramática é importante, sim, mas que ela precisa ser apresentada de forma contextualizada, que leve à reflexão e à crítica, deixando de ser algo quase que 'inatingível', privilégio de poucos.

Como a Gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua "bonita", "correta" e "pura" (BAGNO, 2005, P. 64).

Bagno provoca a reflexão ao dizer que muitos acreditam ser a gramática essencial para falar e escrever corretamente e que os escritores deveriam ser especialistas em gramática e que os gramáticos deveriam ser ótimos escritores, o que não é necessariamente verdadeiro. O autor Luis Fernando Veríssimo também traz interessante provocação quando escreveu a crônica *O Gigolô das Palavras*:

(...) a intimidade com a gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou gigolô das palavras as suas custas (...) e jamais me deixo dominar por letras (...). A gramática precisa apanhar todos os dias pra saber quem é que manda (VERÍSSIMO, apud, LUFT p.14-15).

Essas são palavras de um dos nossos grandes escritores, que enriquecer a literatura brasileira com obras belíssimas. Essa afirmação fundamenta o que este artigo quer defender, um ensino de Gramática contextualizada buscando relacionar o ensino a realidade do ser em questão.

Esta concepção se contrapõe à idéia defendida por professores tradicionais que encaram como descaso as novas ideias que se tem de como aplicar gramática, já que esta é para eles um guia, um modelo padrão a ser rigorosamente seguido. Estudiosos como Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante afirmam: "A gramática é um instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua" (CIRPO & INFANTE, 2004, p. 3).

No sentido de domínio do padrão culto da língua, a gramática é mesmo fundamental, mas o que estudos linguísticos vêm mostrando é que há outras formas de comunicação que não seguem os padrões da gramática, mas devem ser igualmente respeitadas, contrário ao que os defensores ferrenhos

da gramática pregam, que tudo o que estiver fora dos compêndios gramaticais, não é português, é considerado uma língua “feia” e “esquisita”.

A primeira gramática foi elaborada no século III antes de Cristo e, mesmo assim a sociedade que existia naquela época, ou antes, dela, não deixou de registrar fatos do dia-dia. Um exemplo é a obra *Ilíada* e *Odisséia*, conhecidas mundialmente e de um valor cultural inquestionável. Que gramática o autor usou para escrever tão bem? Nenhuma.

Mário Perini usa as teorias que a linguística oferece para um estudo mais científico da língua materna e afirma que o ensino gramatical apresenta três defeitos, entre eles: a metodologia inadequada, ou como costuma dizer “atitude diante da matéria” (PERINI, 1997, P.51-52). Perini compara o estudo de língua vernácula com o de disciplina como História. Segundo o professor e pesquisador da UFMG, um professor de história pode afirmar para o aluno que os dinossauros existiam devido aos fósseis que são encontrados nas escavações realizadas por arqueólogos.

Mas quando se trata do ensino de língua portuguesa, o professor fica desconfortável quando é questionado por seus alunos: por que o certo é dizer “quando eu te vir amanhã, se todos falam eu te ver amanhã?” Será que o professor só tem a dizer que é assim o certo? Porque é assim que está na gramática? Ao fazer uma afirmação desse tipo, os professores começam a formar estudantes sem senso crítico, acostumados com respostas prontas.

Perini avalia que o estudo de gramática não é um “estudo de aspecto do universo: é apenas uma série de ordens a serem obedecidas, porque é assim o certo” (1997, p.43).

Quando uma criança chega à escola para ser alfabetizada, o professor pressupõe que ela não sabe a língua materna, pois não aprendeu a ler e a escrever, e por isso, está na escola para “ser alfabetizada e aprender a língua em letras (LUFT, 200, P.41).

Segundo Hockett, “pela idade de quatro a seis anos, a criança normal é um adulto linguístico. Ela domina, com pequenas exceções, se alguma, o sistema fonológico da sua língua” (HOCOETT, apud, LUFT, 2001, p.41).

As crianças aprendem a falar, ouvindo e falando, logo, aprendem a escrever, lendo e escrevendo. Mas quando uma criança é corrigida, não existe uma reprovação, uma humilhação e exercícios de fixação. “No dia em que as escolas se dessem conta de que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, (...) haveria uma verdadeira revolução” (POSSENTI, 2001, p.33). Isso porque a escola recebe alunos que já sabem falar, ela só precisa aperfeiçoar a gramática internalizada que cada um traz. “o professor tradicional não leva em conta o dado vital de que todo falante nativo “sabe” sua língua, apenas precisa desenvolver, crescer, praticar em outros níveis e situações. Esse professor nunca ouviu falar em gramática internalizada”. (LUFT, 2001, P. 42).

E por limitar-se somente ao uso da gramática, como única fonte de referência para o ensino de língua portuguesa, o professor acaba por, “[...] REPETIR a velha doutrina gramatical conservadora e junto com ela, REPRODUZIR todos os mitos e preconceitos que a gramática tradicional ajudou a cristalizar nas concepções de língua e de “erro” que fazem parte do senso comum” (BAGNO, 2005, p.56).

Devido a essa metodologia arcaica, o ensino tradicional vem recebendo duras críticas e os professores conservadores temem o desaparecimento daquela que por 2.300 anos ditou as regras, a Gramática. No entanto, há um crescente entendimento, hoje, de que o que precisa ser abolido das aulas de língua portuguesa é exatamente essa metodologia descontextualizada, baseada no aprendizado de regras.

Nossa sociedade está vivendo o apogeu da tecnologia, e a todo o momento verdades que eram tidas como absolutas, estão sendo contestadas. Em relação a esse quadro de mudanças, destacamos o seguinte pensamento do filósofo Karl Popper: “O progresso do conhecimento humano não se faz acrescentando novas certezas a um volume de certezas já existentes, mas substituindo constantemente as teorias melhores” (POPPER, apud, BAGNO, 2005, p.65).

2. Então, o que ensinar?

Há uma inquietação normal que surge entre professores e professoras de português, em relação ao ‘desaparecimento’ de uma prática de ensino baseada nas regras da gramática tradicional, o que gera uma pergunta bem peculiar: “Sem a gramática presente nas aulas de português, o que ensinar, então?”

Uma resposta concisa e rápida seria: devemos ensinar a norma – padrão. Já que só se pode ensinar algo que não se conhece, cabe a escola ensinar a norma – padrão, que a língua materna de ninguém, que nem sequer é língua, nem dialeto, nem variedade (BAGNO, 2005, p.58).

O que o autor quer dizer com isso? Que ensinar português – padrão nas escolas se justifica pelo valor que a sociedade ajudou a construir a respeito do que é ‘falar correto’, o que fundamenta o mito de que o domínio da norma – padrão é sinônimo de ascensão social. Quanto a isso, Bagno ironiza:

Ora se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo pirâmide social, econômica e política do país (...) Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles domina a norma culta (2005, p.53).

Tomando outro comentário a esse respeito, destacamos a seguinte afirmação do autor do livro *Por que (não) ensinar gramática na escola?*, Sírrio Possenti: “o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica” (1997, p.53).

Refletir sobre essas questões é obrigação da escola e um ponto bastante interessante a ser discutido é a forma como uma língua estrangeira é aprendida. Geralmente, o aluno não deseja saber suas regras, seus conceitos, apenas almeja falar essa língua de forma fluente e com desembaraço. Talvez essa deveria ser a postura em relação ao processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, ou seja, aprender a ser fluente sem a obrigação de saber na “ponta da língua” todas as regras, conceitos e classificações. Essa preocupação com detalhes relativos ao sistema da língua, ao domínio de

nomenclaturas gramaticais e das exceções devem fazer parte do universo dos professores e professoras de língua portuguesa, cabendo aos estudantes:

[...] a oportunidade de crescer linguisticamente através da prática constante em aulas que sejam prazer e descobertas oportunidade de manifestação individual espontânea em que sem ser reprimido sem humilhado com correções de seus “erros” ele vá progredindo á força de praticar e de ser exposto a bons modelos (LUFT, 2001, p.25-26).

Essa postura facilitaria muito o processo de aprendizagem dos alunos, pois se os professores entenderem que o ensino de gramática difere do ensino de língua, eles estarão ajudando a formar falantes competentes que saibam adequar sua fala e sua escrita às diversas formas lingüísticas, diferente do que acontece ao se valorizar apenas o que está de acordo com a gramática normativa.

Um aluno precisa construir, com o professor, o conteúdo que está sendo explanado na sala de aula, com exemplos e exercícios baseados em uma literatura mais presente de sua realidade; assim, terá mais chances de aprender do que aquele aluno que para compreender o assunto, o memoriza, com o objetivo único de tirar boas notas nas provas.

No entanto, estudar uma língua é muito mais que decorar regras; é se mostrar confiante ao falar e ao escrever, e ao professor cabe ajudar o aluno a desenvolver o potencial da escrita através de leituras, comentários e análises de bons textos, preferencialmente, autênticos.

(...) é fundamental estar atento aos textos com os quais se trabalha na produção e compreensão, para sempre levantar discutir e analisar com os alunos (...) o professor pode desenvolver atividades que levem o aluno a partir de observações rígidas de dados a se redescobrir quanto leitor (...) nesse caso leva-se o aluno a elaborar conceitos diversos (BAGNO, 2007, p.10).

O ensino de gramática contextualizado permite ao aluno e ao professor pesquisar novos modos de ensinar sem que haja a reprodução de velhos conceitos como orações subordinadas, predicado, sujeito, que, de acordo com os postulados tradicionais é um termo essencial numa frase, mas depois declaram que existem frases sem sujeito! Para verificar tal afirmação, basta abrir uma gramática tradicional, como a de Celso Cunha e Lindley Cintra, que define sujeito como: “Sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração. (p. 119).

De acordo com essa afirmação, não temos dúvidas a respeito do que seja esse termo. No entanto, a própria gramática apresenta outras passagens em que os autores chamam de “sujeito” outra coisa, que não é aquilo que foi definido com esse nome, como podemos constatar na mesma gramática, na página 125: “algumas vezes o verbo não se refere a uma determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o sujeito é indeterminado “(PERINI, P. 53).

Muitos professores afirmam que é preciso ensinar aos alunos o português padrão, em especial o escrito, que, segundo eles, encontra-se na gramática, mas Perini lembra que esses mesmos professores esquecem que para ensinar a modalidade escrita deve pressupor um enorme conhecimento da modalidade oral.

É importante notar que ninguém do Brasil tem o português padrão como língua nativa. Todos nós, mesmo os mais escolarizados, aprendemos em primeiro lugar a modalidade coloquial, que difere em pontos importantes do padrão; e todos nós utilizamos o coloquial na maioria das situações de fala (PERINI, 2006, P.36).

Concordando com Possenti e também tomando as ideias defendidas por Bagno, os professores conservadores precisam entender que não se ensina nenhum nativo de língua portuguesa a falar português, pois eles já chegam se comunicando na escola e isso acontece desde os dois ou três anos de idade! Não estamos negando que a gramática não é importante, mas de acordo com uma visão mais social e crítica da linguagem, ela é dispensável para que um falante fale bem sua língua materna, já que, conforme Bagno:

Ninguém comete erro ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erro ao andar ou respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que se constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização (1998, p.124).

Também encontramos um forte apelo em relação à contextualização do ensino de gramática, no documento Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, que todo professor de língua deveria ler, diz:

O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos assuntos nas atividades de produção, leitura e escrita de textos (BRASIL, 1998, p. 29).

Ao tematizar os conteúdos gramaticais, o professor tem mais condições e ferramentas para verificar as necessidades dos alunos. Isso ocorre quando os expõe a muita leitura, escrita e discussão, e isso só os levará a ler e a escrever cada vez melhor, sem precisar memorizar regras gramaticais.

Os frutos desse trabalho pioneiro são alentadores: os alunos gostam da aula de Português, escrevem com desembaraço, manejam seu instrumento de expressão com segurança e até com originalidade; e, embora talvez “saibam” menos do que os submetidos ao ensino tradicional, saem muito melhor em provas e concursos que testam se o candidato sabe a língua e não se sabe regras (LUFT, 2001, p. 99).

No entanto, conseguiremos realizar a reformulação no ensino de gramática quando os profissionais docentes de Língua Portuguesa entenderem que é necessário quebrar paradigmas para podermos, concretamente, ajudarmos a formar cidadãos críticos. Isso requer que as aulas de português sejam reformuladas, apresentando menos teoria gramatical e mais prática de leitura e escrita, pois o importante não é saber as regras isoladamente, mas, sim, aprimorar a gramática natural de cada um. É como diz o poeta: “Nunca é demais repetir que aprender português unicamente pela gramática é tão absurdo como aprender a dançar por correspondência. Aprende-se a escrever lendo, da mesma forma que se aprende a dançar bailando” (QUITANA, apud, LUFT, 2001, p. 39).

3 O Estudo da Gramática na escola pública

Com exceções, é claro, quando o assunto é gramática, as respostas quase sempre são as mesmas e se resumem em: “Gramática é muito chato”, “Eu não gosto, por causa das regras”, “Elas são muito chatas”.ⁱⁱ Ao entrevistamos alunos e alunas de língua portuguesa de uma escola estadual pública do estado de Sergipe, constatou-se que eles estão convencidos a pensar que aulas de português se resumem em regras gramáticas, listagens verbos a serem conjugados etc.

Isso é compreensível e faz parte de uma prática pedagógica que os expõem a muitas regras, e eles acabam tendo a impressão de que passaram a vida toda falando “errado”. A escola os habituou a usar uma ‘camisa-de-força’ imposta pelas formas “corretas”, e o medo obsessivo de errar não permite à pessoa que se comunique bem, com fluência e naturalidade, de acordo com LUFT (2001).

Verificou-se através desta pesquisa que a metodologia ultrapassada com foco na gramática ainda usada nas salas de aulas de língua portuguesa, não é rejeitada apenas por linguístas revolucionários’, mas também pelos alunos que não se satisfazem com aulas mecanizadas. 77% dos alunos entrevistados fariam mudanças nas aulas de português, se o pudessem fazer e eles clamam que elas aulas ficariam melhores se fossem mais “descontraídas”.

É bem mais fácil para o aluno compreender o assunto quando ele participa da construção do conceito, e para isso o aluno deve sair da posição de aluno passivo para um estudante ativo e participativo nas aulas de português. Esse aluno se tornará participativo a partir do momento que o professor começar a estimulá-lo a formular suas próprias respostas, e partindo desse pressuposto, o aluno começará a expor suas idéias a respeito do assunto que está sendo compartilhado na sala de aula e poderá

[...] chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fonte (PCN, BRASIL, 1998, p. 29).

Há, portanto, dois caminhos metodológicos: o professor de língua portuguesa possui duas metodologias para ensinar sua disciplina, o ensino da gramática tradicional e o ensino da gramática contextualizado. Na visão de muitos professores tradicionais, as aulas de português se resumem em conceitos de verbo, substantivos, artigo etc. O professor que ensina nessa visão está garantindo ao aluno o único modo de falar e escrever corretamente estão associados ao uso indisponível da gramática, porque, segundo eles, é nela que se encontra o “português certinho” que todos os alunos têm a obrigação de saber.

Lecionar nessa tendência é ignorar os falares de um povo que ainda preserva um português diferente daquele ensinado na escola julgando “isso não português”, pois essas expressões não se encontram na gramática tradicional nem nos dicionários fundamentando na noção de erro, que surgiu a partir de regras não científicas que os compêndios gramaticais apresentam e que são cultuadas por seus seguidores.

Por outro lado, existe o ensino de gramática contextualizado, que ao contrário do tradicional, permite ao aluno construir com o professor um conhecimento novo, que ao invés de decorar definições, os estudantes aprendem a identificar no texto os conceitos tão cobrados pelos tradicionalistas. Essa forma de ensino leva o aluno a falar e principalmente tem por um dos objetivos formar alunos “políglotas de sua língua materna”, ou seja, um falante que saiba direcionar, adequar sua escrita às diversas formas linguísticas, e não aquela única defendida pela gramática normativa.

Cabe ao professor optar por qual ensino seguir, aquele em que o aluno decora regras, para que aprenda a falar e escrever “melhor” ou eleger o ensino em que o estudante construa, com o professor, o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, segundo Luft (2001, p.98), o comodismo de certos professores

[...] leva a seguir currículo prontos, por mais bitolados que sejam. A inércia ou a insegurança, o desejo de evitar atritos com colegas ou autoridades, fazem com que, apesar dos fracassos, continue patinando num método desatualizado e ineficiente.

É lamentável ter que reconhecer que certos profissionais de Letras têm medo de inovar suas aulas por medo de errar ou até mesmo de desagradar o outro, seja ele o coordenador ou os próprios colegas. Com isso, o professor continua a repetir as velhas teorias oferecidas pela gramática tradicional. Entretanto, conforme disse o pedagogo Halmilton Werner, em uma palestra proferida na Universidade Tiradentes em 2007: é “necessário errar, mas desde que o erro seja cometido de modo diferente, com criatividade, porque o erro também é conhecimento”.

Enfim, é fato que há uma exigência educacional intensa e impiedosa ligada aos vestibulares, concursos e entrevistas, que avaliam o ser intelectual

independente de sociedade; logo, o ensino de conceitos gramaticais torna-se necessário em meio à realidade existente. Mas quando esses são aplicados através da compreensão discursiva, baseado em textos e contextos, atinge-se o receptor de forma completa cumprindo com as exigências do mundo moderno, e ainda formando um ser com conhecimento de mundo, tendo a língua como base, dando forma a tudo o que somos, pensamos e sentimos.

Considerações Finais

O ensino da Língua Portuguesa, bem como as formas ensinar estão sendo modificadas, transformadas, criadas e recriadas com resultado natural do momento de intensificação da globalização, que ampliou o foco na comunicação. Isso por consequência de toda uma evolução, que parte do homem para a tecnologia; logo, podemos entender que a necessidade humana de se desenvolver desencadeia a busca do educador pela inovação.

Travaglia (2007) diz que quando se pensa em usar a gramática de forma pedagógica, é necessário estruturá-la de maneira que os conteúdos sejam integrados ao ensino de produção e compreensão de textos e ao ensino do léxico (vocabulário) atuando para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, promovendo um ensino de gramática pertinente para a vida das pessoas.

Essa afirmação reforça a concepção do professor do século XXI, o qual precisa estar sempre atento às novidades, criando, buscando e inovando, com o intuito de oferecer ao aluno sempre o melhor e o novo. Esse já é o diferencial em uma sala de aula ou ainda em uma escola. No entanto, um grande desafio é: como prender a atenção de alunos que tem entre 13 a 16 anos, em uma sala de aula de português?

Como despertar a motivação nesse aluno em relação à leitura e ao estudo de língua portuguesa, principalmente da gramática, partindo da condição de que ele está em pleno desenvolvimento, envolvido com os últimos lançamentos tecnológicos, com o ORKUT e o MSN e demais atrativos ao seu alcance? Essa pode ser, em muitos casos, uma missão impossível. No entanto, reflexões a esse respeito apontam para um caminho que conte com atitudes reflexivas por parte do docente, que precisa buscar a atualização do seu próprio conhecimento, também que ele consiga despertar em seus alunos uma identificação com o objeto de estudo, o texto e seus diferentes gêneros, com ênfase na análise contextual da sala como um todo, buscando descobrir quais as reais necessidades de cada grupo.

Para conseguir atingir os objetivos acima, entendemos haver uma necessidade entre a sala de aula e os contextos social, educacional e familiar tornando o processo de ensino-aprendizagem realmente significativo. Ao planejar, é preciso abordar a realidade dos alunos, construindo um elo muito próprio entre as coisas, contando com materiais autênticos como jornais da cidade, músicas, poesias ou até mesmo algo criado pelos próprios alunos, que já deixam de ser ouvintes passando a ser participantes ativos.

Concluimos reforçando a validade e importância da proposta de autores como Bagno, Perini, Possenti e Luft, a de que o que se deve ensinar para os alunos de língua vernácula é um ensino crítico, no qual o aluno deve ser exposto a uma variedade de textos e de línguas: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, cultas e não cultas, estabelecendo pontes fortemente alicerçadas na experiência do aluno, o qual já é um falante competente da sua própria língua, levando-o a dominar outras possibilidades linguísticas para que ele consiga obter sucesso em diferentes situações da vida real.

SOBRE OS AUTORES

Deise Caroline dos Santos Nascimento é aluna graduada do curso de Letras Português da Universidade Tiradentes – Unit, e-mail: caroline_carol82@hotmail.com.
Lays Moura Nunes é aluna graduada do curso de Letras Português da Universidade

Tiradentes – Unit, e-mail: laysmoura@yahoo.com.br. Carlos dos Santos Azevedo é aluno graduado do curso de Letras Português da Universidade Tiradentes – Unit, e-mail: calbe81@hotmail.com. Maria Amália Façanha Berger é a professora orientadora deste trabalho, graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Sergipe e mestre em Educação pela mesma universidade, professora dos cursos de Letras da Universidade Tiradentes, e-mail: amaliaberger@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. Aulas de português: encontro e interação. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. 5ª Ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- BAGNO, Marcos: **Preconceito lingüístico: O que é, e como se faz.** 37º Ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- BAGNO, Carlos. **Dramática da língua portuguesa:** tradição gramatical, mídia e exclusão social. 2 Ed: São Paulo: Loyola, 2000.
- Brandão, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire, educar para transformar.** São Paulo. Mercado Cultural, 2005.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAGLIANE, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística.** São Paulo: Scipione, 2000.
- CIPRO, Pasquale Neto e INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa.** 2º Ed. São Paulo: Scipione, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários prática educativa. São Paulo: paz e Terra, 1990.
- IANNI, Otávio. **Era do globalismo.** 4ª Ed. Rio de Janeiro, 1999.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**: Por uma nova concepção de língua materna, 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática**. In: A gramática que ninguém aprende. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Gramática descritiva do Português**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das letras, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **gramática**: ensino plural. 3ª Ed: São Paulo: Cortez, 2007.

Notas de fim

ⁱ Fonte online

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207, último acesso em 15 de novembro de 2009.

ⁱⁱ Respostas de um dos alunos concedidas através de questionários que foram aplicados. Essa resposta corresponde a seguinte pergunta: "O que faz você gostar ou não de estudar gramática?".